

DE NICOLAU MAQUIAVEL A ZANOBI BUONDELMONTI E COSME RUCELLAI

SAUDAÇÕES

Envio-vos um presente que, se não corresponde às dívidas que tenho para convosco, é, sem qualquer dúvida, o maior que Nicolau Maquiavel poderia mandar-vos. Porque nele expressei aquilo que sou e tudo quanto aprendi – através de uma longa prática e contínuo estudo – das coisas do mundo. E, não podendo nem vós nem outrem exigir mais de mim, não vos podeis melindrar de não vos ter dado mais. Podeis bem lamentar-vos da pobreza do meu engenho, quando estas minhas narrativas deixarem algo a desejar; e da falácia do julgamento, quando, em muitas partes, discorrendo, me enganar. O que, assim sucedendo, não sei qual de nós tenha de ser menos grato à outra parte: ou eu a vós, que me haveis forçado a escrever aquilo que eu, por minha própria iniciativa, jamais teria escrito; ou vós a mim, quando, ao escrever, não vos tenha satisfeito. Recebei isto, portanto, daquele modo como se aceitam todas as coisas vindas dos amigos, onde sempre se considera mais a intenção de quem envia do que a qualidade da coisa que é enviada. E, podeis crer que, neste caso, tenho uma só satisfação, quando penso que, embora me tenha enganado em muitas das suas circunstâncias, apenas nesta estou consciente de que não errei, por vos ter escolhido, acima de quaisquer outros, para dedicar estes meus Discursos: primeiro, porque, com esta obra, me parece ter mostrado a minha gratidão pelos favores recebidos; depois, porque julgo que fiz algo que não é usual ser feito por aqueles que escrevem, os quais sempre preferem dedicar as suas obras a um príncipe; e, cegos pela ambição, tecem louvores às suas virtuosas qualidades, quando de todos os vitupérios os deviam acusar. Daí que eu, para não incorrer neste erro, escolhi não aqueles que são príncipes mas os que, pelas suas infinitas qualidades, bem o mereciam ser; não aqueles que poderiam cumular-me de títulos, de honras e de riquezas, mas aqueles que, não podendo, desejariam fazê-lo. Porque os homens, querendo julgar com direitura, têm de estimar aqueles que são – não aqueles cuja fortuna lhes permite ser – generosos, e, de igual modo, os que sabem, e não os que, sem o necessário saber, têm a oportunidade de governar um reino. E, os historiadores louvam muito mais Híeron de Siracusa, enquanto simples cidadão, do que Perseu da Macedónia, enquanto rei, porque para Híeron ser príncipe não lhe faltava senão o principado, enquanto o outro nada tinha de rei senão o reino. Desfrutai, portanto, o bem ou o mal que vós próprios haveis desejado. E, se persistirdes no erro de achar que estas minhas opiniões são dignas da vossa atenção, não deixarei de prosseguir o resto da história, conforme de início vos prometi. Até sempre!

LIVRO PRIMEIRO

Proémio

Como consequência da natural inveja dos homens – mais prontos a censurar do que a louvar as acções dos outros –, sempre tem sido não menos perigoso encontrar novos modos e ordens¹ do que descobrir mares e terras incógnitas. Apesar disso, impulsionado por aquele desejo natural que sempre senti para tratar, sem qualquer reserva, aqueles assuntos que considero poderem beneficiar cada um de nós, decidi entrar por um caminho, o qual, não tendo sido ainda trilhado por ninguém, se é certo que me poderá acarretar incómodos e dificuldades, também poderá constituir um galardão para mim, através daqueles que, humanamente, vierem a ter na devida conta a finalidade do meu trabalho. E, se a falta de engenho, a pouca experiência das coisas presentes e o escasso conhecimento das antigas tornarem o meu esforço imperfeito e de não muita utilidade, pelo menos abrirá caminho a alguém que, com mais virtuosismo, mais inteligência e melhor juízo, poderá satisfazer esta minha intenção, o que, se não me trouxer encómios, tão-pouco será causa para censuras.²

¹ Na maior parte das vezes, Maquiavel usa os termos *ordem* ou *ordenamento* com o sentido de *ordem/ordenamento constitucional*.

² Este primeiro parágrafo encontra-se omitido naquela que é considerada a versão definitiva do Proémio.

Considerando, portanto, quanto prestígio vemos atribuir à antiguidade e como, muitas vezes – para não citar outros incontáveis exemplos –, um fragmento de uma antiga estátua é comprado por alto preço para que alguém o tenha na sua própria casa e possa servir de modelo àqueles que com essa arte se deleitam; e como esses mesmos, depois, com toda a habilidade se esforçam em todas as suas obras por a imitar; e vendo, por outro lado, as virtuosíssimas acções que a história nos mostra, realizadas por reinos e repúblicas antigas, por reis, capitães, cidadãos³, legisladores e outros, que se esforçaram pelo bem da sua pátria⁴, serem mais depressa admiradas do que imitadas, ou melhor, por todos renegadas em todos os pormenores, de tal modo que daquela antiga virtude nenhum vestígio subsiste; não posso senão sentir, ao mesmo tempo, um misto de espanto e de mágoa. Tanto mais quanto vejo, nos conflitos civis que surgem entre os cidadãos ou nas enfermidades que afligem os homens, lançar sempre mão das soluções ou dos remédios decididos ou prescritos pelos antigos. É que as leis civis não são outra coisa senão sentenças proferidas pelos antigos juriconsultos, as quais, devidamente sistematizadas, ensinam hoje os nossos juriconsultos a julgar. Do mesmo modo, a medicina não é outra coisa senão o resultado das experiências feitas pelos antigos médicos, sobre as quais os médicos do presente fundamentam os seus juízos. Todavia, no ordenamento das repúblicas, na manutenção dos Estados, no governo dos reinos, na organização dos exércitos e na administração da guerra, no julgamento dos súbditos e na dilatação do império, não se encontra um príncipe nem uma república que do exemplo dos antigos lance mão. O que, creio, não resulte tanto da debilidade a que a presente religião conduziu o mundo – ou daquele mal que gerou, em muitas províncias⁵ e cidades cristãs, uma espécie de cobiçoso ócio –, como da ausência de um verdadeiro conhecimento da História, pois de outro modo, lendo-a, não deixariam de extrair o sentido e a sabedoria que ela encerra. Sucede, ainda, que mesmo os que a lêem, embora sintam um certo deleite em conhecer a variedade de ocorrências nela descritas, não demonstram qualquer intenção de as imitar, julgando a imitação não só difícil mas decididamente impossível, como se o céu, o sol, os elementos e o homem tivessem mudado – no tocante ao movimento, à ordem e ao poder – relativamente ao que eram antigamente. Querendo, portanto, fazer sair os homens deste engano, julguei necessário escrever, acerca de todos os livros de Tito Lívio que a malignidade dos tempos poupou, aquilo que eu, conhecedor das coisas antigas e modernas, entendo ser indispensável para a sua melhor compreensão, de modo que aqueles que lerem estes meus depoimentos possam, mais facilmente, retirar deles a utilidade que justifica a procura do conhecimento da História. E, se bem que esta tarefa seja difícil, ajudado por aqueles que, para arcar com esta responsabilidade, me encorajaram, julgo que a cumprirei de tal modo que a outrem não restará senão um breve caminho para a conduzir ao objectivo pretendido.



O presente texto constitui a *Dedicatória* e o *Proémio* do Livro Primeiro de

Tradução e notas de David Martelo

³ Por norma, Maquiavel identifica dois tipos de homens: os súbditos (de um príncipe) e os cidadãos (de uma república).

⁴ Em Maquiavel, a noção de *pátria* vai sempre associada à ideia de *República*.

⁵ Normalmente, Maquiavel utiliza o termo *província* como sinónimo de *país*, embora o faça, também, para designar uma unidade geográfica. Deste modo, para o autor, Itália e Alemanha, não sendo unidades políticas, merecem, também, a designação de *província*.